



Apoio ao "sim" e críticas ao referendo no debate sobre armas e munições

Senadores assumem posições na discussão sobre a proibição ou não do comércio de armamentos, que será decidida no dia 23



Serys (alto, à esquerda) e Eduardo defendem o "sim" no referendo. Iris de Araújo (acima, à esquerda) quer discutir problemas sociais e Heloísa Helena anuncia que a posição do PSOL será neutra

O debate sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição ganhou fôlego ontem, no Plenário, com declaração de apoio ao "sim" de dois senadores e manifestações criticando

a polêmica em torno do referendo popular do dia 23. Serys Slhessarenko e Eduardo Siqueira Campos defenderam a proibição. Iris de Araújo considerou que o país deveria dis-

cutir as "desigualdades sociais". Heloísa Helena anunciou que seu partido (PSOL) não fechou questão, pois haveria gente de bem e de paz em ambos os lados. **Página 5**

CPI ouve presidente e ex-dirigentes da Caixa sobre contrato com a Gtech

O atual presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e três de seus antecessores prestam depoimento à CPI Mista dos Bingos na terça-feira, para falar sobre o contrato com a multinacional

Gtech. Também na próxima semana, a CPI do Mensalão vai ouvir o presidente do Citibank, enquanto a CPI dos Correios aprofunda as investigações sobre contratos suspeitos de irregularidades. **Página 3**

Parlamento do Mercosul tem critérios definidos

Página 6



Sérgio Zambiasi participou de reunião em Buenos Aires que acertou bases do acordo

Tião Viana destaca importância da boa alimentação

Página 7



Viana anuncia a realização da Semana Mundial da Alimentação Saudável



Marcos Negrini/Seleção/MT

Gado em Mato Grosso do Sul: descoberta de foco de febre aftosa no município de Eldorado afeta exportações de carne bovina brasileira

Senadores cobram verbas para a defesa sanitária

Apesar de não culparem diretamente o governo federal pelo surgimento de um foco de aftosa em Mato Grosso do Sul, esta semana, os senadores Alvaro Dias e Heráclito Fortes criticaram o contingenciamento de recursos

orçamentários destinados à defesa sanitária, que poderiam ter contribuído para melhorar os mecanismos de controle da pecuária. Alvaro lembrou que o governo liberou apenas 1,57% do previsto para a área este ano. **Página 4**

Agripino defende papel "fiscalizador" das oposições na crise política

Proposta em tramitação na CCJ amplia prazo de convivência a ser cumprido no Brasil na adoção de criança brasileira por estrangeiro residente fora do país

Adoção de criança por estrangeiro pode ter novas regras



Autora do projeto, Patrícia Saboya quer ampliar a segurança de crianças adotadas

As regras para adoção internacional de crianças e adolescentes brasileiros poderão ser alteradas caso a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprove, em decisão terminativa, projeto da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE). A proposta amplia de 15 para 30 dias o prazo mínimo de estágio de convivência que deve ser cumprido em território nacional para a adoção de criança brasileira por estrangeiro residente fora do país.

Pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente (Lei 8.069/90), o prazo mínimo de convivência é de 15 dias para crianças de até dois anos de idade e de 30 dias quando se tratar de adotando com mais de dois anos de idade. Segundo Patrícia, o projeto (PLS 314/04) aperfeiçoa a legislação em relação à adoção internacional. Ela observa que o ideal seria que as crianças brasileiras sem famílias fossem adotadas por brasileiros, mas, como isso nem sempre é possível, necessário se faz assegurar que elas sejam bem-tratadas

pelos pais estrangeiros.

– Ainda que se trate de oportunidade de conceder vida digna à criança ou ao adolescente, não se deve descuidar da segurança de pessoas absolutamente desprovidas de condições de defesa – ressaltou a senadora.

O projeto determina ainda que a adoção por estrangeiro seja condicionada a estudo prévio e análise por comissão estadual judiciária de adoção, que fornecerá o respectivo laudo de habilitação para instruir o processo compe-

tente. Pela atual legislação, é facultativo que ocorra esse estudo antes da adoção.

Com parecer favorável ao projeto, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) afirmou que, ao tornar obrigatória a análise de cada caso pela comissão estadual, a lei garante mais segurança à criança e ao adolescente.

– A adoção internacional envolve sempre o risco para o adotando, que deixa, após a adoção, de estar diretamente subordinado à jurisdição brasileira – afirmou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Plenário realiza sessão destinada a debates

O Plenário realiza sessão não-deliberativa às 9h, ou seja, sem a votação de projetos, destinada a debates entre os senadores. A análise de projetos será retomada na terça-feira, às 14h. A pauta está trancada por duas

medidas provisórias e por um projeto em regime de urgência que determina a cessão de áreas florestais para a exploração econômica por empresas privadas (PLC 62/05).

Santeiros do Piauí na TV Senado

A TV Senado apresenta hoje, às 22h30, o documentário *Santeiros do Piauí*, sobre a riqueza do trabalho dos artesãos da madeira que trabalham no interior do estado e são especializados na produção de arte sacra. A atração faz parte da série *Tela Brasil*, dedicada à diversidade cultural brasileira. Horários alternativos: amanhã, às 16h e às 21h30, e domingo, às 15h30 e às 22h.



Semana do portador de deficiência

De 17 a 23 de outubro, o Senado Federal promove a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Entre os eventos programados estão apresentações musicais no Salão Negro do Congresso e palestras.

Chiquinha Gonzaga

A Rádio Senado mostra a obra de Chiquinha Gonzaga e Ernesto Nazareth, destaques do programa *Música do Brasil*. A atração, que será apresentada amanhã, às 16h, é dedicada à grande influência dos artistas na música brasileira.

Fraude em concurso público pode ser punida com cinco anos de prisão

A prática de fraude em concurso público poderá se tornar crime específico, conforme projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR), pelo qual os infratores serão punidos com pena de um a cinco anos de reclusão, além de multa. A proposta aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa.

O projeto (PLS 280/05) define como fraude em concurso público o emprego de qualquer meio fraudulento com o fim de obter ou facilitar aprovação em benefício próprio ou de terceiros. Também penaliza quem vender, comprar ou transacionar gabarito de prova ou a publicação de nome em lista de aprovação em cargo para o qual haja concurso público em andamento.

Na justificativa da matéria, Osmar Dias explica que a proposta atualiza a legislação penal para tipificar a conduta fraudulenta



Proposta de Osmar Dias enquadra a prática como crime específico

em concurso público, já que hoje a prática não é enquadrada em crime específico.

Projeto semelhante (PLS 301/05), do senador Romeu Tuma (PFL-SP), também tramita na CCJ e estabelece punições para quem fraudar concursos e qualquer exame de interesse público. Nesse caso, a pena de um a cinco anos de reclusão será acrescida de um terço caso o crime seja praticado por funcionário público.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Tião Viana e pela senadora Heloísa Helena

Ex-diretor dos Correios será ouvido pela CPI na próxima quarta-feira

Os três depoimentos agendados pela CPI Mista dos Correios para ontem foram adiados. O ex-diretor comercial dos Correios Carlos Eduardo Fioravante da Costa será ouvido na quarta-feira que vem, a partir das 14h. Já o ex-assessor da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, Marcus Vinícius di Flora, e o sócio da agência dos Correios franqueada Anchieta, Paulo Roberto Kress Moreira, prestarão depoimento na terça-feira (25), também às 14h. Todos as audiências serão realizadas pela Sub-Relatoria de Contratos, que é coordenada pelo deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP).

Fioravante, como diretor-comercial dos Correios, era um dos responsáveis pelos contratos de

franquias da estatal e foi indicado pelo atual ministro das Comunicações, senador licenciado Hélio Costa; Paulo Roberto Moreira é sócio de uma agência franqueada sob suspeita de irregularidades; e Marcus Vinícius di Flora, segundo o depoimento de Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, teria se encontrado pelo menos quatro vezes com o principal operador do "mensalão" em 2003.

Di Flora era subordinado ao então ministro Luiz Gushiken, na Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica, e cuidava da publicidade do governo na época em que Valério tinha as contas publicitárias do Banco do Brasil, dos Correios, da Eletronorte e ainda de dois ministérios.

Agenda para a semana inclui investigação sobre contratos na ECT

A CPI dos Correios já definiu o restante da agenda até o final deste mês. Na próxima terça-feira, a Sub-Relatoria de Contratos ouve, a partir das 14h, o diretor da empresa Positron, Helio Rotemberg, e o ex-assessor dos Correios Fernando Leite de Godoy. A Positron, juntamente com a empresa Novadata, formou o consórcio Alpha, para fornecimento de kits de informática para o Banco Postal. Segundo o ex-chefe do Departamento de Administração e Compras dos Correios Maurício Marinho, flagrado em filmagem recebendo R\$ 3 mil, Godoy seria filiado ao PTB e participaria do esquema de corrupção para arrecadar dinheiro para o partido.

Ainda na terça, a sub-relatoria que investiga o IRB – Brasil-Resseguros vai tomar os depoimentos dos ex-funcionários do instituto Vagner Costa Ribeiro e William da Costa Ribeiro. A Sub-Relatoria de Fontes Financeiras ouvirá o doleiro Alberto Youssef, que manteria relações com a corretora Bônus-Banval, para a qual Marcos Valério teria repassado dinheiro do "mensalão". As duas reuniões começam às 14h.

Requerimentos

Na quarta, às 10h, o plenário da CPI fará reunião reservada com representantes da Polícia Federal e da Receita Federal. E a Sub-Relatoria de Contratos, além de Fioravanti, ouvirá Cláudio Roberto Mourão da Silveira. Tesoureiro da campanha do hoje senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao governo de Minas Gerais, em 1998, Mourão da Silveira assumiu

a culpa pela utilização de caixa dois para a campanha. Em reunião na quinta-feira, às 10h, deverão ser votados requerimentos pendentes. Às 14h, a Sub-Relatoria de Contratos toma o depoimento do ex-presidente dos Correios Hassan Gebrim e de Paulo Ney Almeida, representante legal da construtora Espaço Aberto, que tem contrato para construir o Centro Operacional e Administrativo dos Correios, em Florianópolis. O Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou fortes indícios de sobrepreço nesse contrato. Marinho, em seu segundo depoimento à CPI, realizado em setembro, teria afirmado que a corrupção na estatal se iniciou na gestão de Gebrim.

Também foi pré-agendado para o dia 25 o depoimento do ex-presidente da ECT Egidio Bianchi.

Ainda na quinta-feira, na Sub-Relatoria do IRB, serão ouvidos Alessandro Luiz, da Companhia de Seguros Aliança Bahia, e o ex-gerente de Sinistro do instituto Juan Domingues.



José Cruz



Célio Azeredo



Célio Azeredo



Felipe Barra

Os depoentes Jorge Mattoso, Danilo de Castro, Emílio Carrazai e Sérgio Cutolo: contrato da Caixa com Gtech foi renovado em 2003

CPI dos Bingos agendou para a terça-feira depoimentos de todos os dirigentes que assinaram ou renovaram acordos com a multinacional ligada às loterias

Mattoso e ex-presidentes da Caixa falam sobre contrato com a Gtech

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos agendou para a próxima terça-feira os depoimentos do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e de três ex-dirigentes da instituição – Danilo de Castro, Emílio Carrazai e Sérgio Cutolo. Eles vão falar sobre a renovação, em 2003, do contrato entre a Caixa e a multinacional Gtech do Brasil, no valor de R\$ 650 milhões, destinado a operacionalizar o sistema de loterias federais em todo o país.

Para a quarta-feira, está previsto o depoimento do empresário Nagib Fayad, ligado a apostas clandestinas por meio da Internet. E, na quinta, a comissão deverá

ouvir o depoimento do ex-secretário nacional do PT Sílvio Pereira.

Caso Celso Daniel

Na semana seguinte, a CPI dos Bingos realiza nova acareação. No dia 26, estarão frente a frente o chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e Bruno e João Francisco Daniel, irmãos do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002. Francisco e Bruno, que já prestaram depoimento à comissão, acusam Gilberto de participar de um esquema de arrecadação de propinas destinadas ao Partido dos Trabalhadores na prefeitura do município paulista, o que teria

sido o principal motivo do assassinato de Celso Daniel.

Um dos próximos convidados a depor na CPI dos Bingos seria o perito criminal Carlos Delmonte Printes, conforme requerimento de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) aprovado pela comissão no último dia 4, mas ele foi encontrado morto nesta quarta-feira em São Paulo.

Printes foi quem encontrou marcas de tortura no corpo do prefeito assassinado. Ele discordava da versão de crime comum para o assassinato de Celso Daniel e é a sétima pessoa ligada ao caso que morre, desde que começaram as investigações sobre o assassinato.

Representantes do Citibank comparecem ao Congresso

A CPI Mista do Mensalão prepara uma semana de importantes depoimentos, que começa pela oitava do presidente do Citibank, Gustavo Marin, e do procurador do Citigroup Sérgio Spinelli Silva Júnior, na terça-feira, às 11h30.

Antes de ouvir os representantes do Citigroup, a comissão quer realizar uma reunião administrativa para marcar depoimentos já aprovados, como o do ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, envolvido nas privatizações do governo Fernando Henrique, e do ex-ministro dos Transportes Anderson Adatao, em função de declarações de seu chefe de gabinete, José Luiz Alves, que, ao depor à CPI, revelou ter recebido R\$ 200 mil do esquema do empresário Marcos Valério para pagamento de dívidas de campanha de Adatao.

Na quarta-feira, também às 11h30, será ouvido o deputado Ronivon Santiago, que renunciou ao mandato em 1997 após ter sido acusado de vender seu voto para a aprovação da Emenda da Reelei-

ção. Na quinta, será a vez de Roberto Costa Pinho, ex-assessor do ministro da Cultura, Gilberto Gil, citado na lista de Marcos Valério Fernandes de Souza como autor de saques no valor de R\$ 450 mil.

Acareação

Deve ser marcada na próxima semana a data para a aguardada acareação entre Marcos Valério, sua funcionária Simone Vasconcellos e algumas das pessoas que admitiram ter recebido dinheiro do empresário, mas em valores bem inferiores aos que constam da lista fornecida oficialmente à CPI.

Foram selecionadas seis pessoas para a confrontação: o presidente do PL, ex-deputado Valdemar da Costa Neto, e o ex-tesoureiro do partido Jacinto Lama; o assessor do PP João Cláudio Genu; o chefe de gabinete do PL, José Luiz Al-



Márcia Kallume

Marcos Valério participa de acareação com ex-funcionária e com seis pessoas que receberam dinheiro de suas contas

ves; o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri; e o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos.

Para o senador Romeu Tuma, a acareação pode representar o fio condutor para que a CPI descubra a origem do dinheiro para o pagamento do "mensalão" e para a formação do caixa dois do PT. O senador acredita que, se a comissão obtiver êxito nessa busca, poderá fechar suas investigações "com chave-de-ouro" e no prazo previsto (16 de novembro).

Para Alvaro Dias, "indícios levam a crer que o governo federal seja o responsável" pelo surgimento de foco da doença que atinge rebanhos no estado

Verba para combater aftosa não chegou a MS, diz Alvaro



Não se pode tratar assim um setor que rende US\$ 3 bilhões por ano, afirma Alvaro

Ao comentar, em discurso no Plenário, o surgimento de focos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) preferiu não culpar o governo federal pelo episódio, mas considerou que "os indícios levam a crer que o governo seja o responsável".

O senador observou que, dos R\$ 167 milhões a serem liberados para a defesa sanitária em 2005, apenas R\$ 90 milhões teriam sido garantidos pelo Ministério da Fazenda, mas o estado não recebeu, sequer, um centavo dessa verba.

Alvaro Dias ressaltou ainda que, apesar de o país contar com um rebanho de quase 200 milhões de cabeças, o Executivo liberou apenas 1,57% do previsto para a área de saúde animal (R\$ 533 mil). "Não se admite que o governo trate desta forma um setor que rende US\$ 3 bilhões por ano."

Corrupção

Alvaro anunciou também a apresentação de dois requerimentos de informações sobre ocupantes de cargos de confiança na Casa Civil da Presidência da República e no Ministério do

Planejamento. Ele pretende obter a relação completa dos cargos e das funções públicas de livre nomeação nas duas repartições, além da forma de preenchimento por seus respectivos ocupantes. O parlamentar pede ainda que sejam informados os nomes dos responsáveis por eventuais indicações políticas.

O senador observa que, a partir das denúncias feitas pelo então deputado federal Roberto Jefferson, teve início a investigação para desvendar os mistérios de uma suposta rede organizada

de corrupção. Alvaro ressaltou, entretanto, que o fato de alguém ser nomeado politicamente para um cargo no Executivo não significa ser responsável por algum ato de corrupção. Mas acredita que a listagem das indicações pode auxiliar na transparência das atividades da administração pública.

— Por meio da nomeação política de militantes de vários partidos para cargos de importância no governo federal é que se procurou captar recursos para a sustentação desse esquema de corrupção.

Heráclito espera debater com ministros tratado contra fumo

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que relata na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, disse que os ministros da Saúde, das Relações Exteriores e da Previdência ainda não o procuraram para debater o assunto. Ele advertiu que no próximo dia 7 de novembro termina o prazo para que seja tomada uma decisão sobre a ratificação do tratado.

— Temos conversado com vários funcionários do governo, de vários escalões. Mas o governo que lhes dá a missão não dá os instrumentos para que possam decidir — assinalou.

Heráclito informou que esteve, na última terça-feira, na cidade baiana de Cruz das Almas, onde foi realizada audiência pública da Comissão de Agricultura para tratar do problema, com participação dos produtores de fumo, contrários à adesão do Brasil a

esse tratado internacional.

— Não há como acreditar nas promessas de substituição da lavoura de tabaco por outras variedades. É preciso criar alternativas com regras de transição, porque não se muda de uma hora para a outra a atividade econômica de gerações que viveram unicamente dessa cultura — afirmou o senador.

Heráclito disse que está convencido de que "há urucubaca no governo", como afirmou o presidente da República. O senador aconselhou o presidente "a procurar uma mãe-de-santo ou uma rezadeira". Disse que o presidente não deve "colocar nas costas da oposição a responsabilidade da urucubaca". O parlamentar mencionou alguns fatos que, a seu ver, são "sinais evidentes da urucubaca", como a morte do médico legista Carlos Printes, que descobriu sinais de tortura no corpo do prefeito de Santo



Heráclito diz que ratificação de convenção precisa ser feita até 7 de novembro

André, Celso Daniel, assassinado após seqüestro; e o surto de febre aftosa no rebanho bovino de Mato Grosso do Sul.

— Não vamos colocar isso na contabilidade da oposição, que não tem poder para liberar ou contingenciar os recursos que o Ministério da Agricultura necessita para combater a doença. Não se justifica que recursos prioritários sejam guardados em caixa para o governo fazer média com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os concorrentes no mercado internacional estão se lixando para os prejuízos do Brasil.

ONU defende que Brasil ratifique convenção para o controle do tabaco

Em carta enviada ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o coordenador-residente da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Carlos Lopes, enfatizou a necessidade de o país ratificar a Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco — tratado internacional que visa reduzir o consumo de cigarros e de outros produtos derivados do tabaco. O Brasil foi um dos primeiros países a assinar o acordo, em junho de 2003, mas ainda não o ratificou — medida que cabe ao Congresso Nacional. O prazo para que isso seja feito termina no dia 7 de novembro.

O representante da ONU destacou que "o tabagismo, doença causada pela dependência à nicotina — substância presente em todos os produtos derivados do tabaco —, é considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a maior causa isolada evitável de mortes no mundo". E acrescentou que 5 milhões de pessoas morrem no mundo ao ano devido ao tabagismo, sendo 200 mil no Brasil.

A convenção-quadro foi aprovada em maio deste ano pela Câmara dos Deputados e tramita agora no Senado (PDS 602/04). Sua ratificação tornou-se objeto de polêmica porque contrapõe, de um lado, os que defendem o tratado como uma questão de saúde pública — como o Instituto Nacional de Câncer (Inca), a OMS e a ONU — e, de outro, os contrários ao acordo, como a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), temerosos de que sua ratificação prejudique a geração de emprego e renda. Se-

gundo o Inca, o Brasil é o segundo maior produtor mundial de tabaco e o maior exportador de fumo em folhas do planeta.

Carlos Lopes também lembra em sua carta que apenas os países que ratificarem a convenção-quadro até 7 de novembro terão direito a voto nas decisões sobre apoio técnico e financeiro internacional às políticas de substituição do plantio de fumo. Ele salientou que a China, maior produtora de tabaco do mundo, já ratificou o acordo. E afirmou ainda que, "dessa forma, o Brasil, enquanto grande produtor e exportador de fumo, poderá se preparar para lidar com uma futura retração no comércio internacional de fumo, prevista para ocorrer a longo prazo".

— Nesse contexto, passa a ser uma questão estratégica participar da convenção-quadro — afirmou Érica Cavalcanti, analista de programas nacionais de câncer do Inca, ressaltando que, dos 11 principais importadores de fumo do Brasil, dez já ratificaram o tratado.

Ao participar de audiência pública do Senado sobre o tema, realizada na terça-feira em Cruz das Almas (BA), Érica observou que, além da China, a Índia, terceira maior produtora mundial de tabaco, já ratificou o acordo.

— Os países que ratificarem a convenção-quadro participarão da conferência, em fevereiro, na qual serão decididos os mecanismos de funcionamento do tratado. O Brasil, que destina 85% de sua produção às exportações, ficará de fora dessas negociações? — questionou.

Senado leva mamulengo para bienal do livro

Gritos, aplausos e sorrisos vêm marcando as apresentações do espetáculo de mamulengo *O casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*, que o Senado levou para a 5ª Bienal Internacional do Livro de Pernambuco, evento que termina no domingo. Na quarta-feira, Dia da Criança, a sessão foi dupla: pela manhã no Espaço Pedagógico e, à tarde, no próprio estande do Senado.

Além de autor da peça, o fun-



Crianças interagem com bonecos da peça encenada na bienal em Pernambuco

cionário do Senado Josias Wanzeller da Silva, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), é o responsável pela manipulação dos bonecos. Um dos momentos que causa

maior comoção no público é a aparição de uma cobra que vai engolindo os personagens. As crianças gritam e tentam avisar aos bonecos para que eles consigam escapar do réptil.

A dez dias do referendo, convocado para ratificar dispositivo previsto no Estatuto do Desarmamento, polêmica ganha força em Plenário

Senadores declaram voto em relação às armas

O “sim” à proibição da venda de armas e munições ganhou ontem dois apoios em Plenário. “Voto sim, voto pela vida”, anunciou a senadora Serys Slhessarenko, para quem a medida poderá reduzir os “arsenais domésticos” e, com isso, diminuir os homicídios que ocorrem nos pequenos

conflitos. O senador Eduardo Siqueira Campos também declarou seu voto no referendo, marcado para o dia 23, ao considerar que o uso de armas está associado diretamente à violência. Eduardo aposta em medidas de combate à miséria e ao desemprego e no aumento dos investimentos em edu-

cação, para um enfrentamento mais eficiente da violência. Por sua vez, a senadora Iris de Araújo considerou que o país deveria travar um debate mais “autêntico”, que buscasse saídas para reduzir as desigualdades sociais. “Em vez do tema do desarmamento, o que precisava ser tratado, neste mo-

mento, seriam os rumos de uma nação que precisa empreender uma mudança radical em suas estruturas”, afirmou Iris. A senadora Heloísa Helena, por fim, anunciou da tribuna que seu partido “não fechará questão” em torno do referendo, respeitando as decisões pessoais sobre o assunto.

Gerardo Magela



Mesmo apoiando o desarmamento, Serys diz que o combate ao crime requer a adoção de outras medidas

Gerardo Magela



Iris de Araújo cobra investimentos em educação pública como forma de reduzir a violência no país

Roosevelt Pinheiro



Segundo Heloísa Helena, seu partido “respeita a decisão dos que votam ‘sim’ e dos que votam ‘não’”

Roosevelt Pinheiro



Para Eduardo, o desarmamento é o primeiro passo em direção a uma sociedade civilizada

Voto “sim” para reduzir homicídios em pequenos conflitos, defende Serys

Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu ontem o voto “sim” no referendo pelo desarmamento. – O que se espera é reduzir de forma expressiva os arsenais domésticos, de forma a diminuir os homicídios que acontecem nos pequenos conflitos – ressaltou.

Na avaliação da senadora, o

desarmamento vai ajudar ainda a reduzir as possibilidades de acidentes em residências onde existam armas de fogo ao alcance de crianças. Apesar dessa expectativa, Serys afirma que vai votar “sem ilusões, por saber dos limites do desarmamento que está sendo proposto”.

– O Estado brasileiro precisa se

aparelhar melhor para enfrentar essa grave questão, mas não podemos perder essa oportunidade – disse. Em seu discurso, Serys condenou a prática de nepotismo no serviço público. A senadora aproveitou ainda para homenagear os professores do país, classe na qual se inclui por ter lecionado durante 26 anos.

Para Iris, país deveria estar discutindo a superação das desigualdades sociais

Em vez de discutir a proibição ou não do comércio de armas e munição, o país deveria estar travando um “debate autêntico” em torno das desigualdades sociais. A opinião é da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO). – O que precisava ser tratado, neste momento, seriam os rumos de uma nação que precisa empreender uma

mudança radical em suas estruturas, por meio da adoção de medidas corajosas que coloquem um freio nas desigualdades e nas injustiças, fonte maior da violência e dos desajustes – afirmou.

Para Iris, o problema da violência urbana seria mais bem combatido, por exemplo, com medidas que

garantissem ensino público gratuito, em tempo integral e de qualidade para crianças e adolescentes.

– É preciso atacar de frente o desemprego com incentivos vigorosos à produção, à pequena e média empresas, fomentando o mercado interno e abrindo oportunidades para a juventude.

PSOL não fechará questão sobre referendo, informa Heloísa Helena

Na presidência da sessão plenária de ontem, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) adiantou que seu partido “não fechou e não fechará questão” em torno do referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no país, que será realizado no dia 23 de outubro. A parlamentar informou que tem recebido inúmeros e-mails questionando a posição do Partido Socialismo e Liberdade e sustentou que o PSOL respeitará as decisões pessoais de militantes, dirigentes, simpatizantes e

parlamentares.

– O PSOL respeita a decisão das mulheres e dos homens de bem e de paz que, por razões distintas, votam “não” ou votam “sim” no referendo sobre as armas – declarou a senadora por Alagoas.

Heloísa Helena, fundadora do PSOL, ressaltou ainda que seu partido “repudia os demagogos, os cínicos ou os corruptos, estejam eles defendendo o ‘sim’ ou defendendo o ‘não’ na consulta popular”.

Eduardo saúda a consulta popular sobre a proibição da venda de armas

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou ontem sua posição favorável à proibição da venda de armas e munição no Brasil. Após saudar o Congresso por ter deixado a palavra final sobre o desarmamento com os brasileiros, considerou que o uso de armas está associado diretamente à violência.

O parlamentar acredita que só quem tem preparo para manusear uma arma de fogo poderia portá-la. Mesmo assim, observou que as estatísticas apontam que, nos

assaltos a banco, o segurança, teoricamente preparado para manipular o armamento, costuma ser a primeira vítima fatal em caso de eventuais disparos.

Eduardo aposta em um conjunto de medidas sociais, que reuniria o combate à miséria e ao desemprego, além de investimentos em educação, para um enfrentamento mais eficiente da violência. No entanto, o senador vê o desarmamento como um primeiro passo em direção a uma sociedade mais civilizada.

Zambiasi anuncia acordo político em reunião realizada em Buenos Aires.
Em 2014, instituição vai funcionar com parlamentares eleitos pelo voto popular

Parlamento do Mercosul terá 18 representantes de cada país

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou ao Plenário os resultados da reunião extraordinária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada em Buenos Aires na última terça-feira. No encontro foi elaborado um documento com as bases do acordo político para a instalação do Parlamento do Mercosul.

A principal decisão da reunião, informou Zambiasi, que é membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e presidente da Seção-Brasil do colegiado, foi a definição do critério de representatividade na instituição. Ficou estabelecido, por consenso, que durante a etapa de transição, de 2006 até 2010, a composição do Parlamento do Mercosul será paritária e formada por 18 parlamentares de cada Estado-membro e o seu processo de instalação ocorrerá por etapas, acrescentou



Célio Azevedo

Zambiasi destaca que diálogo superou impasses existentes no processo de formação da instituição

o senador.

Essa fase encerra-se em 2014, quando o Parlamento do bloco passará a funcionar com representantes eleitos pelo voto popular, em datas comuns aos quatro Estados-membros.

– Com essa decisão, baseada no diálogo, superamos um impasse existente no processo de construção do Parlamento do Mercosul. Temos consciência de que a instituição só se firmará se contemplar plenamente, e com justiça, os interesses de todos os seus integrantes – afirmou o senador.

A reunião foi coordenada pelo presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Roberto Conde, deputado do Uruguai, e contou com a participação dos presidentes das seções nacionais dos quatro países-membros – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – e de parlamentares que integram a comissão.

Agripino propõe reflexão sobre o papel das oposições no Brasil

O senador José Agripino (PFL-RN) propôs ontem uma reflexão sobre o atual papel das oposições no Brasil. Diante de todos os escândalos que assolam o país, cabe ao Legislativo, segundo ele, “fiscalizar, cobrar e denunciar”, atuando em parceria com o Ministério Público.

– Na minha opinião, nossa atitude tem sido contributiva, construtiva e propositiva, pois temos os olhos de quem quer ver a coisa melhorar. Precisamos manter essa postura crítica, pois cabe a nós admoestar, aplicar a reprimenda, respondendo pela defesa do interesse público – disse.

O líder do PFL comentou “a misteriosa morte” de Carlos Delmonte Printes, o legista que fez a autópsia no corpo do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em 2002. Delmonte foi encontrado morto em seu apartamento na tarde de quarta-feira, em São Paulo, sem sinais aparentes de violência.

Agripino ressaltou tratar-se da sétima morte vinculada ao assassinato de Celso Daniel. Nos outros casos, lembrou, havia evidências de queima de arquivo. Diante disso, afirmou o



Gerardo Magela

Agripino afirma que cabe ao Poder Legislativo defender o interesse público

parlamentar, a autópsia de Carlos Delmonte deve ser feita com absoluta isenção.

– Acredito que a morte de Celso Daniel é um resumo de tudo o que as três CPIs estão investigando. Devemos ficar atentos às evidências, pois elas podem se transformar em provas – alertou.

O senador saudou ainda o fato de a chamada MP do Bem ter sido derrubada pela Câmara dos Deputados, após ser aprovada pelo Senado Federal.

– Não sabíamos o que estávamos votando. O governo manobrou na última hora. Íamos retirar um direito adquirido dos aposentados e vender gato por lebre – ironizou.

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

Informação ao alcance de todos



- Acervo aberto para consulta ao público em geral;
 - 150 mil livros;
 - 2,7 milhões de recortes de jornais;
 - 450 mil fascículos de periódicos;
 - 4 mil obras raras;
 - Bases de dados estrangeiras, com artigos e periódicos em texto integral.

Paulo Paim pede a padroeira que ilumine governantes

Ao registrar a passagem do Dia da Criança e de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem à santa que ilumine os governantes brasileiros e os oriente a tomar “as medidas necessárias para dar ao povo a tão merecida justiça social”. Também clamou por luz divina para os senadores, para que cumpram “as promessas de lutar por melhores condições de vida para todos e aproveitem projetos que tragam o bem para a nossa gente”.

Paim lembrou que quase um terço da população brasileira vive com até meio salário mínimo e criticou o anunciado reajuste do mínimo para R\$ 321. O petista ressaltou que, apesar de rico, o Brasil possui uma péssima distribuição de renda e a maior desigualdade social da América Latina, conforme relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas no mês passado.

– Rico, mas tão carente de melhores condições de vida para os seus cidadãos e cidadãs. Tão carente de um sistema de saúde melhor, de moradia, de melhores salários que comportem o que



Paulo Paim quer "luz divina" para atuação dos senadores em prol do povo

determina sua Constituição federal. Nossa Senhora Aparecida é a padroeira do Brasil e é uma santa de cor negra. Ela zela por todos nós e quer, quem sabe, nos mostrar a importância de respeitarmos as diferenças entre brancos, negros, índios e outras etnias – observou.

Falecimento

Paulo Paim registrou ainda o falecimento de Luiz Menezes, aos 83 anos, em Porto Alegre. Conforme informou, Luiz Menezes foi um dos maiores incentivadores do tradicionalismo e da cultura gaúcha.

– Poeta, músico e homem de rádio e televisão, Luiz Menezes é um dos mais premiados e festejados artistas de nossa terra, o que o faz um dos mais admirados no Rio Grande do Sul – concluiu o parlamentar.

Projeto que federaliza universidade gaúcha vai ao exame da Câmara

Projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que federaliza a Universidade da Região da Campanha, no Rio Grande do Sul, foi enviado à Câmara após o fim do prazo de interposição de recurso para apreciação em Plenário. A proposta (PLS 154/05) já havia sido aprovada, em caráter terminativo, na Comissão de Educação (CE) do Senado.

Em sua justificativa, Paim argumenta que a federalização é necessária para instituições que atuam em regiões pobres, como a própria Universidade da Região da Campanha. Ele acrescenta que “muitas universidades comunitárias enfrentam dificulda-

des financeiras para sua manutenção – principalmente devido à impossibilidade de os alunos pagarem as mensalidades, além de não contarem com recursos suficientes seja no âmbito público, seja por meio de contribuições privadas”.

O relator do projeto na CE foi o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC). Em seu parecer favorável, Mesquita Júnior destacou que a Universidade da Região da Campanha conta com *campi* avançados nos municípios de Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Itaqui, além da sede em Bagé.



Senador registra esforço do Ministério da Saúde de divulgar informações pela Internet e a Semana Mundial da Alimentação Saudável, instituída pela Organização Mundial da Saúde

Tião Viana defende incentivo a hábitos alimentares saudáveis

Tião Viana (PT-AC) destacou a importância da elaboração de campanhas publicitárias institucionais visando alertar a população para a necessidade de uma alimentação saudável. De posse de dados sobre a mortalidade anual de brasileiros por doenças causadas por alimentação inadequada, o senador informou que o Ministério da Saúde vai disponibilizar em breve uma página na Internet, denominada *Guia de Alimentação Saudável*, para tentar reduzir os índices de mortes por moléstias degenerativas.

– A Organização Mundial da Saúde decidiu que a próxima semana será denominada Semana Mundial da Alimentação Saudável e quer a participação



Brasileiro trocou o arroz com feijão por alimentos gordurosos, afirma Tião Viana

de todos os governos nessa campanha – ressaltou.

Segundo Tião Viana, a meta do Ministério da Saúde é reduzir em 2%, até 2015, as mortes por doenças crônico-degenerativas

decorrentes da indisciplina alimentar. O parlamentar lamenta que o brasileiro, principalmente o de classe média, tenha trocado “o arroz, o feijão e a carne moída por frituras, biscoitos gordurosos e outros alimentos pouco saudáveis”.

Tião Viana enfatizou que o Estado e a sociedade contabilizam prejuízos vultosos com os gastos no tratamento dessas doenças e com a perda de vidas decorrentes das moléstias.

– Os Estados Unidos, por exemplo, gastam US\$ 10 bilhões por ano com tratamentos para doenças do coração. Isso é todo o orçamento do Ministério da Saúde no Brasil. Daí a importância da conscientização do cidadão – finalizou.



Consumo regular de hortaliças pode contribuir para a redução de casos de doenças decorrentes de uma alimentação inadequada

Raupp cobra verbas para preservação da Amazônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu ontem a utilização de recursos previstos no Protocolo de Kyoto para a preservação da floresta amazônica. Conforme adiantou, apenas projetos de reflorestamento, destinados a reduzir a emissão de gás carbônico na atmosfera, teriam direito a essa ajuda financeira. Por outro lado, o senador afirma que florestas primárias, já existentes, a exemplo da amazônica, não estariam contempladas no tratado.

– A floresta amazônica não recebe nenhum centavo. Pelo Protocolo de Kyoto, as florestas

maduras, antigas, não têm direito a receber compensação financeira pelo sequestro de gás carbônico. Acho que isso é um erro. A única forma de segurar a manutenção da floresta na região amazônica é por meio da compensação do Protocolo de Kyoto – considerou.

De acordo com o senador por Rondônia, os proprietários rurais e índios da região costumam explorar todos os recursos naturais da floresta a que têm direito, sobretudo madeira.

– Os índios já venderam toda a madeira. São pouquíssimas as reservas indígenas em Rondônia



Raupp defende o uso de recursos do Protocolo de Kyoto na floresta amazônica

e em outras regiões no país que ainda têm madeira-de-lei para cortar – advertiu.

José Maranhão propõe retorno de voto em separado

Garantir o direito do voto a todo cidadão que, apesar de ter cumprido as formalidades previstas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), esteja impossibilitado de se dirigir à seção eleitoral para exercer tal direito, é o objetivo de projeto apresentado pelo senador José Maranhão (PMDB-PB). A proposta prevê a volta do instituto do voto em separado para policiais militares em serviço, militares transferidos no período de seis meses antes da eleição e outros eleitores que não puderem comparecer à seção eleitoral em que têm seu nome inscrito.

Ao justificar a proposta (PLS 331/05), José Maranhão afirma que desde a instituição do sistema eletrônico de votação, em 1997, somente podem votar eleitores cujos nomes estiverem nas respectivas folhas de votação de cada seção. Isso impede, argumenta Maranhão, o exercício do direito de voto das pessoas que, por algum motivo, estão em locais distantes de sua seção eleitoral.

Reivindicação

O senador argumenta que "o voto fora da seção eleitoral vem sendo reiteradamente solicitado pelos eleitores, em especial pelos militares transferidos e pelos policiais militares em serviço, que se sentem diminuídos em seus direitos de cidadania, por não poderem, na maior parte dos casos por motivos alheios a sua vontade, deslocar-se até o lugar do domicílio eleitoral para exercer o direito de voto".

De acordo com o projeto, o TSE deverá disciplinar os procedimentos para a tomada do voto em separado da mesma forma que faz para assegurar o processo de votação regular nos casos de falha na urna eletrônica.

A proposta, que aguarda indicação do relator, será votada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Proposta de José Maranhão beneficia militares transferidos e PMs em serviço

Comissão de Justiça vai examinar projeto que amplia ofensiva contra emprego do jovem em atividade perigosa e outro que permite acesso a correspondência de detento

Lúcia Vânia quer mais proteção a menor contra trabalho perigoso

Por entender que a lei não é clara quanto à punição de quem emprega menor de 18 anos para realizar trabalho perigoso ou insalubre, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou projeto estabelecendo pena de seis meses a dois anos de detenção a quem fizer esse tipo de contrato. A proposta, que modifica dispositivo do Código Penal, tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A senadora lembra que a Constituição federal proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos, mas ressalta que, no Brasil, os números a respeito dessa prática ainda são assustadores, mesmo considerando a queda decorrente do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), criado em 1996.

Preocupação

De acordo com Lúcia Vânia, tomando por base o período de 1995 a 2003, pesquisa de amostra por domicílios registrou decréscimo de 47,5% no número



Lúcia Vânia lembra que lei não pune quem utiliza mão-de-obra do menor em condições aviltantes

de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos em atividade laboral. Ela admite que o trabalho infantil nessa faixa etária diminuiu de 5,1 milhões para 2,7 milhões, no período pesquisado, mas continua preocupada com o problema.

— Ainda assim, não podemos nos contentar com o fato de que mais de 2 milhões de crianças brasileiras estejam submetidas a regimes de trabalho, muitas vezes em condições aviltantes.

Lúcia Vânia também reconhece a eficácia dos documentos

internacionais protetores dos direitos dos menores de 18 anos que foram assinados pelo Brasil e incorporados à legislação pátria. No entanto, deseja tornar essa proteção mais efetiva, modificando o Código Penal.

— Minha proposição pretende oferecer maior concretude aos referidos documentos internacionais. Do ponto de vista da legislação penal brasileira, observamos uma lacuna quanto à punição daquele que contrata menores de 18 anos para trabalho perigoso ou insalubre.

Ao justificar sua proposta, Lúcia Vânia afirma que o trabalho perigoso e o insalubre não são, por si mesmos, irregulares na definição legal aplicada no Brasil. Tanto é que as leis trabalhistas só definem tais modalidades para efeito de remuneração diferenciada, assinala a senadora.

Tourinho sugere interceptação de carta de preso

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar nesta quarta-feira, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que autoriza a interceptação da correspondência remetida ou recebida de presos condenados ou provisórios, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal. Segundo a proposta, o conteúdo da correspondência deverá ser mantido em sigilo.

O projeto (PLS 11/04), que altera a Lei de Execução Penal, dá novo entendimento ao inciso XII do artigo 5º da Constituição federal, que prevê a inviolabilidade da correspondência. De acordo com esse dispositivo, "é inviolável o sigilo da correspondência das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal". Mas

Tourinho lembra que os direitos constitucionais não são absolutos, conforme entendimento majoritário na doutrina penal e do próprio Judiciário, expresso em jurisprudência até do Supremo Tribunal Federal (STF).

— A Constituição federal, ao prescrever o direito do indivíduo de não ter a sua correspondência violada, tinha por objetivo proteger o cidadão de bem. Não são destinatários da norma aqueles que afrontam e desafiam o Estado de direito. Esse é o entendimento de nossa Suprema Corte.

Organização criminosa

Também para o relator da proposta, senador Demostenes Torres (PFL-GO), nenhum direito individual é absoluto de forma a permitir que organizações criminosas possam se articular por meio de correspondência sob o manto do direito à intimidade.

— Não bastasse o uso em larga escala de telefones celulares móveis, os presos vêm passando orientação para os criminosos



Inviolabilidade não pode proteger malfeitores, argumenta Tourinho

soltos por intermédio de correspondências. Obviamente, invocar o direito à intimidade para tal prática é desvirtuá-lo.

O projeto de Tourinho tramita em conjunto com o PLS 19/04, de Gerson Camata (PMDB-ES), que dispõe sobre o mesmo assunto. A diferença é que este último altera o Código de Processo Penal. Para Demostenes, a proposta do representante baiano é mais abrangente.



Projeto de Marcelo Crivella atinge imóvel sem uso há pelos menos cinco anos

Crivella defende desapropriação de imóvel urbano

O aproveitamento de imóvel residencial urbano desocupado ou sem utilização há pelo menos cinco anos consecutivos é o que objetiva projeto de lei de autoria do senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa. A proposta acrescenta dispositivo à Lei 4.132/62, que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. A desapropriação, conforme o projeto, deverá ser precedida do pagamento de indenização, em dinheiro, ao proprietário.

Na justificativa da proposta (PLS 115/05), Marcelo Crivella observa que a legislação prevê apenas hipóteses de desapropriação para fim social no meio rural. Mas há uma lacuna deixada pela lei para casos considerados graves pelo senador, no tocante à questão habitacional urbana no país, que sua proposta pretende corrigir, conforme frisou.

Déficit habitacional

Crivella recorre a dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos ao Censo Demográfico de 2000, segundo os quais há mais de 4,5 milhões de domicílios urbanos vagos no Brasil. Um outro estudo, da Fundação João Pinheiro, intitulado "Déficit Habitacional no Brasil", também realizado com base nesse censo, de acordo com o senador, indica que o déficit habitacional básico no país é de quase 5,9 milhões de unidades. A pesquisa, explica, não inclui "o ônus excessivo com aluguel" e a depreciação dos imóveis.

— Uma situação como essa precisa de correção. A sociedade não pode mais tolerar que haja tantas pessoas sem teto, enquanto um número tão elevado de imóveis permanece desabitado para a satisfação de fins egoísticos — pondera o senador.